



## As várias formas de designar: a historicidade inscrita em dicionários

### Several Ways to Designate: Historicity Inscribed in Dictionaries

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

#### Resumo

Neste artigo, procuramos identificar alguns efeitos de sentidos produzidos na relação entre os termos *vulgarização* e *divulgação científica* em um *corpus* composto por diferentes materialidades textuais (artigos, capítulos de livros e verbetes de dicionários). Em um retorno contínuo com os dispositivos teóricos da Análise do Discurso francesa e os seus procedimentos analíticos, recortamos e agrupamos sequências discursivas, buscando compreender os deslizamentos de sentido relacionados às duas designações. Para tal, consideramos as redes de sentido que constituem o que é possível dizer e não dizer sobre cada uma. Identificamos que, no processo histórico de ressignificação, houve a interdição do termo *vulgarização científica*, a partir do século XX, por ser considerado pejorativo.

**Palavras-chave:** ressignificação, dicionários, divulgação científica.

#### Abstract

In this article, we aim to identify some meaning effects produced in the relation between the terms *vulgarização científica* (science vulgarization) and *divulgação científica* (scientific divulgation) in a *corpus* made up of different kinds of textual materiality (articles, book chapters and dictionary entries). By means of a continuous return to the theoretical devices from by the French Discourse Analysis and its analytical procedures, we have selected and grouped discursive sequences— seeking to understand the slides in meanings related to the two designations. In order to do so, we have considered the networks of meanings that make up what we can and cannot say about each of the designations. We found that in the historical process of redefinition, the term *vulgarização científica* has been proscribed since the twentieth century because it has been considered derogatory.

**Key words:** re-signifying, dictionaries, science popularization.

#### Resumen

En este artículo, buscamos identificar algunos efectos de sentidos producidos entre los términos *vulgarización* y *divulgación científica* en un *corpus* compuesto por diferentes materialidades textuales (artículos, capítulos de libros y textos de diccionarios). En un retorno continuo con los dispositivos teóricos del Análisis del Discurso francesa y sus procedimientos analíticos, recortamos y agrupamos secuencias discursivas, buscando comprender los deslizamientos de sentido relacionados a las dos designaciones. Para eso, consideramos las redes de sentido que constituyen lo que es posible decir y no decir sobre cada una. Identificamos que, en el proceso histórico de resignificación, hubo la interdicción del término *vulgarización científica*, a partir del siglo XX, por ser considerado pejorativo.



## 1 Introdução

Tomar sobre processos de (re)significação dentro do quadro teórico da Análise do Discurso francesa, implica tocar em uma questão fundamental: só há sujeito e sentido se houver assujeitamento à língua (Orlandi, 2002). Para significar e constituir-se como sujeito, faz-se necessário ser afetado pelo simbólico (sistema significante), dito de outra forma, ser “assujeitado a significantes com significações determinadas” (MARIANI, 2006, p.27). A língua é a materialidade simbólica que estrutura o sujeito. Ao considerar a materialidade significante, Pêcheux (1988) assevera que as palavras mudam de sentido de acordo com as ‘posições ideológicas’ daqueles que as empregam. Essas posições referem-se às condições de produção nas quais os sujeitos se situam para serem sujeitos de seu dizer. Nas palavras do autor:

poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 160 – grifos do autor).

A formação ideológica, por sua vez, materializa-se em uma formação discursiva que, conforme Pêcheux, é definida como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160 – grifos do autor). Vale salientar ainda que uma formação ideológica pode comportar uma ou várias formações discursivas, que se definem por sua relação sempre heterogênea com aquela, determinando assim os sentidos.

A ideologia, longe de ser ocultação, mascaramento da realidade, é entendida como o mecanismo de construção de transparências para serem interpretadas como evidências. Assim sendo, a ideologia pode ser “compreendida como a direção nos processos de significação, direção esta que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político” (ORLANDI, 1990, p. 36). Em outros termos, a ideologia é *interpretação* do sentido em uma direção, ou melhor, como os sentidos são fixados historicamente em determinada direção. Não se relaciona “a ideologia à *falta*, mas, ao contrário, ao *excesso*: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência, porque se assenta sobre o mesmo, o já-lá” (ORLANDI, 1990, p. 36). Além disso, o



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

imaginário institui as relações discursivas, ou melhor, possibilita a condição de significação do sentido, como também da constituição do sujeito. É nele que se produz o efeito da transparência da linguagem; a ilusão de que podemos atravessar as palavras e atingir seu sentido literal, seu “conteúdo”. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Assumimos que o sentido de uma palavra é decorrente de sua relação com uma formação discursiva. Uma mesma palavra inserida em diferentes formações discursivas produzirá sentidos diversos, assim como diferentes palavras inseridas em uma mesma formação discursiva podem produzir o mesmo sentido. A respeito da questão da relação entre palavras e sentido, Pêcheux (1998) nos diz:

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes - todos igualmente "evidentes" - conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque [...] não tem um sentido que lhe seria "próprio", vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva [...] De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido"[...] A partir de então, a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos - "significantes" - em uma formação discursiva dada (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

São os processos discursivos – os sistemas de relações de significantes em uma formação discursiva – que nos interessam como analista de discurso. Voltando ao efeito da transparência do sentido, pode-se dizer que não há sentido único, literal. Os sentidos que se apresentam como literais são produtos da história, e não o resultado de uma relação natural entre palavras e coisas do mundo. Os sentidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela formação discursiva na qual ele se inscreve. O sujeito posiciona-se na formação discursiva que o determina, identifica-se com alguns sentidos e rejeita outros. É também dessa forma que sujeitos e sentidos – constitutivamente descontínuos em sua historicidade, divididos em sua constituição pelo inconsciente e marcados por uma incompletude – garantem, pela força do imaginário, uma aparente unidade. Esse é efeito da ideologia que, dissimulando sua existência em seu próprio funcionamento, produz evidências nas quais se constitui o sujeito. É importante frisar que as formações discursivas são constituídas pelas diferenças, por contradições e confrontos. Estão em constante movimento, em um processo de reconfiguração, delimitando-se por aproximação e afastamento. É dessa forma que sujeitos e sentidos constitutivamente descontínuos, incompletos, divididos produzem a unidade imaginária a que nos referimos.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

O sentido será diferente conforme se refira a uma ou outra formação discursiva. Porém, no seu interior, o sentido é sempre “evidente”, ou seja, é um efeito de dissimilação de transparência de sentido. Dessa forma, o sentido que se pretende no discurso de divulgação científica também é considerado único – embora não o seja, como apresentaremos em nossas análises.

Em determinadas condições de produção, há a dominância de um dos sentidos, mas outros sentidos possíveis ressoam. Por isso, podemos afirmar que toda produção discursiva é investida em processos de significação variados. Contudo, o sentido dominante – ao ser legitimado – fixa-se ideologicamente como sendo o único, o centro; cristaliza-se. Daí, o efeito de literalidade. No caso do nosso objeto de análise, o sentido de divulgação científica como uma atividade que reformula o texto científico em linguagem cotidiana parece ser o sentido fixado, funcionando, no imaginário social, como um texto segundo. Nas análises, a construção desse sentido pode ser apreendida em diferentes textualizações, desde artigos científicos sobre o tema até verbetes de dicionários. A hegemonia desse sentido aponta para a primazia do discurso da ciência, posto como o primeiro.

## 2 De que forma designar?

Ao longo de nossa incursão teórica, ou melhor, no batimento pendular entre teoria e análise, encontramos diferentes designações para a prática de “levar ciência para o público”. Nesse ponto, contudo, faz-se necessário explicar o que entendemos por designação. Para tanto, tomamos emprestada a postulação teórica de Guimarães (2001); segundo o autor, designar é um processo simbólico através do qual a prática de linguagem significa o mundo. Em suas palavras, “designação é sempre instável, ou seja, as relações entre as palavras e o que elas designam é uma relação instável” (GUIMARÃES, 2001, p.74). E considerando tal instabilidade, lemos de forma sintomática o nosso *corpus* complexo, buscando identificar as relações entre o dito e o não-dito.

Das designações encontradas nos textos lidos, destacamos duas: *vulgarização* e *divulgação*. Elas inscrevem-se em diferentes materialidades e produzem efeitos de sentidos distintos em diferentes temporalidades. Cabe ressaltar que ao falar em temporalidade não estamos tomando a história como cronologia. Aliás, a história tem um sentido particular para a Análise de Discurso, pois está “ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não com a cronologia: não é o tempo



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (ORLANDI, 1990, p. 35).

Os primeiros periódicos brasileiros de divulgação científica podem ser datados de meados do século XIX. Segundo Moreira e Massarani (2002, p.46), “um dado interessante surge quando analisamos as datas de criação desses periódicos. [...] Há também um crescimento acentuado na criação de periódicos relacionados à ciência a partir de 1860, com ápice em 1875”.

A partir do nosso *corpus*, aventamos como hipótese que a circulação da expressão *vulgarização científica* pode ser encontrada em livros e jornais do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Tal hipótese pode ser pensada em relação à proposta da historiadora Vergara (2008a). Oportuno salientar que o objetivo do seu trabalho é aproximar a história da ciência às reflexões historiográficas, buscando refletir, mormente, sobre os usos do conceito de *vulgarização científica*, no século XIX. Para a historiadora, a hipótese da utilização dos termos pode ser observada em dois séculos consecutivos. Vejamos:

No século XIX, o termo “vulgarização científica” designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos. Contudo, no século seguinte, aquele termo foi caindo em desuso em favor de outro, que se refere a várias instâncias da comunicação da ciência, ou seja, “divulgação científica”. (VERGARA, 2008a, p. 137).

Sua posição é que o termo passou a ser utilizado com frequência no momento de institucionalização da ciência, ou melhor, “a vulgarização científica e a especialização das disciplinas são processos correlatos ao longo dos oitocentos, erigindo fronteiras entre o que era ciência ou não” (VERGARA, 2008a, p. 142). Assim sendo, a institucionalização da ciência e a vulgarização científica estariam intimamente ligadas. É sobre esta constatação que assenta a aceitação de ter um texto que possa ser considerado inaugural (ou ao menos de grande relevo na história da divulgação científica) e que explicitaria a correlação entre institucionalização da ciência e formas de divulgá-la. Trata-se de “Os estudos experimentais no Brasil”, escrito por Louis Couty<sup>1</sup> e publicado na *Revista Brasileira*, em 1879. Segundo Moreira e Massarani,

Documento importante para a compreensão do quadro da divulgação científica da época foi redigido pelo biólogo francês Louis Couty, que trabalhava no Rio de Janeiro. [...] Couty escreveu o primeiro artigo de uma coluna dedicada à nova propaganda científica na revista Brasileira, em 1875. Nele, Couty, defendia

---

<sup>1</sup> Biólogo francês que lecionou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a convite do imperador D. Pedro II.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

ardorosamente o desenvolvimento das ciências experimentais no Brasil e dava ênfase especial à vulgarização científica. (MOREIRA; MASSARANI, 2002, p. 51).

Podemos ler, na citação acima, que ao mesmo tempo em que se buscava institucionalizar as ciências experimentais no Brasil (pelo olhar do outro estrangeiro), dava-se ênfase à sua vulgarização. Do ponto de vista discursivo, em que nos colocamos, a institucionalização é um processo discursivo, uma vez que as instituições são pensadas e explicitadas pelo discurso. Distanciando-se da perspectiva sociologista, Mariani (1998) verifica que o processo de institucionalização tem sua historicidade. Podemos dizer que as instituições que se estabelecem tornam-se visíveis por meio de suas práticas, pela circulação de seus produtos e por suas normas e leis. A visibilidade consagrada à instituição provoca um efeito de reconhecimento, de legitimação. Por meio desse efeito, seria possível considerar a divulgação como uma atividade necessária para o progresso.

Uma característica da vulgarização científica do século XIX, segundo Vergara (2008a), seria anunciar “as inovações do mundo da ciência que, a partir daquele momento, fariam parte da cultura letrada, como eletricidade, vacina, telefone, entre outros, mesmo que o seu princípio científico permanecesse pouco conhecido” (VERGARA, 2008a, p.140). Outra possível interpretação relacionada às condições de produção da vulgarização científica oitocentista seria: divulgar os “produtos” da ciência e, principalmente, sua utilidade para o público que poderia adquirir tais inovações.

Retornando à proposta de Vergara (2008a), tudo parece indicar que, na década de 1870, o termo ‘vulgarização científica’ já circulava em periódicos dedicados, em alguma medida, à ciência. A referida autora conjectura que o uso do termo tenha passado para os brasileiros a partir dos livros franceses. E complementa: “Uma possibilidade de ‘contágio’ estaria na obra do vulgarizador francês, Camille Flammarion, autor de *Astronomia popular*, que era bastante conhecido pelo público brasileiro” (VERGARA, 2008a, p.139).

A utilização do termo também pode ser observada no título de um periódico da época: “*O Vulgarizador: O Jornal dos Conhecimentos Úteis*”<sup>2</sup>, editado por Augusto Emílio Zaluar<sup>3</sup> entre os anos de 1877 e 1880. Conforme o que era apresentado, o periódico assumia duplo objetivo: a) trazer informações ao povo brasileiro das então recentes conquistas da ciência e ajudar, por conseguinte, o progresso e o desenvolvimento do país; b) explicar a importância

---

<sup>2</sup> O jornal foi publicado em trinta e oito números, segundo a edição fac-símile da Biblioteca Nacional.

<sup>3</sup> O literato, escritor e jornalista português, posteriormente radicado e naturalizado brasileiro, Augusto Zaluar (1825-1882) escreveu *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1863) e também o primeiro romance brasileiro de ficção-científica, *O Doutor Benignus* (1875).



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

dos assuntos científicos tratados, incentivando uma cultura científica e fazendo com que a ciência se tornasse parte do cotidiano do público leitor. Seu objetivo era “estar ao alcance de todas as inteligências”. Cabe interrogar quais seriam “todas as inteligências”.

De forma a identificar os efeitos de sentido do termo *vulgarização científica*, apresentamos alguns recortes operados em diferentes textualidades; passando por artigos, capítulo de livro e editorial jornalístico. Esses recortes, mais do que exemplos, são tomados como objeto de análise de determinados discursos em circulação e nos permitem inferir se há ou não algum deslizamento na significação do termo.

Em nosso primeiro movimento da análise, buscamos observar os efeitos de sentido de *vulgarização* em recortes – que consiste no corte de fragmentos, de nacos do *corpus* dotados de sentido – de quatro sequências de quatro artigos. O primeiro artigo foi “Revista científica”, de Henrique Fleiuss, publicado na revista “*Ilustração Brasileira*”, em 1876. Vale lembrar que o recorte se apresenta como uma unidade discursiva em que se pode compreender o funcionamento discursivo. Não há um princípio único segundo o qual o recorte se efetue – o que não significa dizer que não seja regulado. Ele se faz de acordo com o objeto de análise e varia segundo a configuração das condições de produção. Os recortes contêm sequências discursivas (SDs) que já mostram um encaminhamento da análise. Abaixo, trazemos a sequência discursiva recortada do artigo supracitado:

SD1: A vulgarização dos conhecimentos gerais da ciência, em nosso tempo, não é só uma *necessidade*, é um *dever imperioso* para as nações que compreendem e acompanham os progressos reais da civilização. (FLEIUSS, 1876, p.56 *apud* VERGARA, 2008a, p.139).

Nessa sequência, ao mesmo tempo em que coloca em pauta a necessidade de elaboração da ‘vulgarização científica’ também aponta para a relação entre ciência e civilização. A vulgarização seria a condição para alcançar um determinado modelo de civilização. Destacamos a proposição relativa *que compreendem e acompanham os progressos reais da civilização* – que tão somente por sua organização não tem significação transparente: pode ser tratada como uma apositiva ou uma determinativa. Se tratada como a última, a proposição parece delimitar somente aquelas nações que compreendem e acompanham o desenvolvimento da ciência. Funciona como uma forma de determinar as nações: para uma nação ser civilizada deve imperiosamente vulgarizar a ciência. E, a partir do pré-construído, põe-se em cena que o Brasil não poderia se furtar de promover tal ação para entrar no curso do progresso rumo à civilização. De alguma forma, ressoa nessa SD a doutrina dos três estados do desenvolvimento histórico de Comte, que na época passou a ser usada



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

como referencial para compreensão do processo histórico e para o estabelecimento de ações políticas. O modelo positivista – baseado na unidade de civilização – enfatizava que a diferença entre as nações residiria no estágio em que cada uma se encontrava.

Como observou Guimarães (2004) ao apontar que “é preciso tratar as palavras nas relações de domínio que suas relações constroem” (GUIMARÃES, 2004, p.129), a designação ‘civilização’ pode operar sentidos de hierarquia de valores (primitivo X civilizado; barbárie X civilização), como também de valor universal, envolvendo o sentido de progresso, educação. Há uma relação de oposição que se constrói entre civilização, por um lado, e primitivo, ignorante, exótico, por outro. Em suma, para deixar de ser exótico e selvagem, o Brasil precisaria, imperiosamente, divulgar a ciência.

Na década de 30 do século XX, destacamos o livro *A Vulgarização do Saber*, de Miguel Ozório de Almeida, especificamente, o capítulo sob o mesmo título, no qual o autor faz referência à dificuldade e à necessidade de vulgarizar a ciência. Vejamos:

SD2: As colleções de livros de *vulgarização científica se multiplicam*. As conferencias e cursos publicos sobre as *questões mais arduas e difficeis* destinadas a pôr ao alcance de todo o mundo noções ou conhecimentos que eram o apanagio de grupos limitados de especialistas, secundam e completam a tarefa que visam executar as *edições populares*. Tudo isso demonstra que o *publico em geral tem sua atenção despertada para as coisas do saber* e aspira participar do movimento incessante das idéas, e *compreender, pelo menos em suas linhas essenciaes, as bases dos grandes factos scientificos e a essencia das principaes leis naturaes* (ALMEIDA, 1931, p. 229).

Nessa sequência, a *vulgarização científica* é mostrada como uma atividade em plena produção. Atividade que vai desde as conferências públicas até as *edições populares*, e tem como um objetivo tratar das *questões mais árduas e difíceis*. A multiplicação da atividade parece indicar que o *público em geral tem sua atenção despertada para as coisas do saber*, ou seja, a vulgarização atenderia um apelo do público. Consideramos que ocorra nesse ponto um deslizamento de sentidos: passa-se da nação para o público em geral. Se antes era uma questão para o desenvolvimento civilizatório, passa-se a ser uma questão para o público ávido pelo conhecimento científico. Em relação à designação utilizada, observamos que ao termo ‘vulgarização científica’ é conferido um caráter positivo.

De acordo com Vergara (2008a), “no Brasil, do século XIX até os anos de 1930, os cientistas e literatos utilizavam regularmente o termo ‘vulgarização’ para designar a atividade de comunicação com os leigos” (VERGARA, 2008a, p.140). Observamos que, na década seguinte, a expressão “divulgação científica” pode ser encontrada em jornais. Como exemplo, citamos um trecho do editorial do suplemento “Ciência para Todos” (CpT) – um suplemento





Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

de divulgação científica produzido pelo jornal *A Manhã* durante cinco anos. Apresentamos um trecho:

SD3: A MANHÃ ao lançar este suplemento, pretende concorrer, na medida de suas forças, para uma obra que julga *utilíssima* em nosso país: a *divulgação da ciência*. O crescente desenvolvimento da ciência é o que explica o magnífico progresso do mundo hoje. É a ciência que rasga diariamente novos horizontes à indústria e vem proporcionar, em última análise, mais *felicidade para o ser humano*: a cada progresso científico se acha ligado um correspondente avanço no progresso industrial e no *bem-estar da humanidade* (REIS, 1948, p. 2 *apud* ESTEVES, 2006, p.58).

Quase duas décadas depois da publicação do livro de Almeida (1931), encontramos no suplemento do jornal *A manhã* a expressão *divulgação científica*. Essa atividade é exaltada como *utilíssima*. Provavelmente, por levar aos seus leitores os progressos da ciência, a *felicidade para o ser humano*, o *bem-estar da humanidade*. Observamos que a paráfrase que retoma o sentido de divulgação necessária e condição de melhoria de vida se daria pelo progresso científico. Embora o termo utilizado seja outro, algo permanece ecoando no processo discursivo. Consideramos ser essa uma paráfrase por substituição, em que se estabelecem relações entre os termos e suas possibilidades de sentido. Sublinhamos que a paráfrase não é mera reprodução, algo nesse processo desliza, falha; já carrega a possibilidade de se tornar outro.

Nas duas últimas sequências, circulam sentidos de uma atividade que se sustenta como relevante para o público que é construído discursivamente como interessado pelas coisas da ciência. Se na SD2 bastava que o público compreendesse, em linhas gerais, os fatos da ciência e a essência das leis naturais, na SD2, para garantir a *felicidade para o ser humano*, seria necessário conhecer o *progresso científico* ligado ao *progresso industrial*. Nessa última sequência, tudo se passa como se os novos inventos industriais e tecnológicos, ou como diz Pêcheux, as “múltiplas urgências do cotidiano” (PÊCHEUX, 2002, p. 32) fossem imperiosos à felicidade do sujeito pragmático.

O período que corresponde ao final do século XX e ao início do XXI é marcado por uma profusão de designações (popularização da ciência, compreensão pública da ciência, alfabetização científica, entre outros). Se, no Brasil, do século XIX até os anos 30 do século XX, cientistas e literatos utilizavam com regularidade a expressão ‘vulgarização científica’ para designar a atividade de “comunicação científica para leigos”, o termo parece ser rechaçado nas décadas seguintes. A última sequência foi recortada do artigo “Acerca do método e do conhecimento científico”, de Ronaldo Mota, publicado no periódico “*Ciência & Ambiente*”, em 2001. Vejamos a sequência a seguir:



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

SD4: Tal constatação torna ainda mais importante que *a ciência seja popularizada sem ser vulgarizada*, o que se obtém pelo incremento substancial da educação científica da população. (MOTA, 2001, p. 20).

Acreditamos que, no trecho destacado, *vulgarizada* retoma o sentido de reles, chulo, grosseiro. A ciência deve ser popularizada, mas não banalizada. É possível observar, nos textos contemporâneos que fazem circular os conhecimentos científicos na sociedade, que se interditaram, silenciariam, na nossa história, determinadas designações. Ou melhor, não é mais possível falar *vulgarização científica* tal como era possível no início do século XX, pois um sentido se fixou (e outros foram silenciados): a vulgarização parece ser um termo que não pode estar relacionado à ciência.

O termo *divulgação científica*, já inserido no período do desenvolvimento nacionalista industrial, parece ser uma atividade útil para mostrar, ser uma vitrine, de tal desenvolvimento. Quais teriam sido as condições de (re)significação e de silenciamento<sup>4</sup>/interdição da designação ‘vulgarização científica’ após a década de 1930? Quais teriam sido os gestos de distinção entre ‘vulgarização’ e ‘divulgação’ em determinadas condições de produção?

Uma forma de tentar entender os processos de (re)significação assenta-se na possibilidade de produção de efeitos de sentidos em outras textualizações. Propomos analisar a distinção entre os termos a partir de dicionários de língua portuguesa. De acordo com Auroux (1992), os dicionários são instrumentos linguísticos, ou seja, são tecnologias de gramaticalização – um processo que conduz à descrição e à instrumentação das línguas. Mazière (1989), por seu turno, toma o dicionário como um discurso. Dessa forma, fizemos a leitura do dicionário como um discurso, analisando a parte do *corpus* composta por verbetes de dicionários monolíngues de Língua Portuguesa.

### **3 Os sentidos mudam e o uso das designações também: a leitura dos dicionários**

Nunes (1997), em estudo dedicado à formação do léxico à luz da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso, propõe que a formação do léxico está ligada, de um lado, às políticas linguísticas que definem a produção de um saber lexicográfico (na relação

---

<sup>4</sup> Nesse trecho, sublinhamos a contribuição teórica de Orlandi (1990) sobre a política do silenciamento. Para a mesma, é pelo silenciamento que “um discurso diz para não deixar que se digam as ‘outras’ palavras” (ORLANDI, 1990, p. 122).



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

com as instâncias de um saber em uma formação social), e de outro, às próprias formas discursivas através das quais esse saber se apresenta nos instrumentos linguísticos mais especificamente nos dicionários. A elaboração desses, por seu turno, está ligada a transformações significativas na conjuntura histórica e linguística, como o papel das teorias, dos conceitos e das instituições envolvidas. Isso significa dizer que os dicionários são produzidos por práticas social e historicamente determinadas; em suma, as palavras são resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias (*cf.* NUNES, 2010).

Tomamos o dicionário como um instrumento linguístico constituído por uma historicidade que propicia desconstruir paulatinamente, no interior dos estudos de Análise do Discurso, a imagem do dicionário como portador de significações fixas. Considerando a proposta de Nunes (2010), a leitura do dicionário promove a compreensão que há certos sentidos que aparecem e se sedimentam, estabilizam-se; no entanto, ao mesmo tempo, tais sentidos sempre estão sujeitos a serem outros, isto é, estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura.

O funcionamento das definições é sempre instável e que elas são criadas em determinadas condições de produção, as designações ‘vulgarização’ e ‘divulgação’ científica também se dão em um processo de produção histórica. Para esta seção do artigo, consultamos dicionários monolíngues de Língua Portuguesa, observando, a princípio, os verbetes *vulgarização e divulgação* e, posteriormente, *vulgarizar e divulgar*. Podemos dizer que os dicionários se mostraram arquivos documentais que possibilitam a compreensão da distinção entre as duas designações. Contudo, antes mesmo de mergulharmos nos procedimentos analíticos, justificamos a constituição da segunda parte do nosso *corpus* por intermédio das palavras de Nunes (2006):

o dicionário é visto geralmente como um objeto de consulta que apresenta os significados das palavras com a certitude do saber de um especialista e eventualmente com a legitimidade de autores reconhecidos que abonam as definições [...]. Trata-se de um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos. Por constituir nesse espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição, o dicionário é um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas (NUNES, 2006, p. 11).

Interessa-nos observar o modo como o dicionário produz sentidos nas diferentes conjunturas históricas dos séculos XIX a XXI. Afinal, “como qualquer discurso, o dicionário



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-os no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (NUNES, 2006, p.18). Nessa perspectiva, Nunes (2006) considera o dicionário como um espaço de memória discursiva, ou seja, um trabalho de seleção e de retomada do já-dito. E completariamos: um trabalho da memória que sustenta dizeres futuros.

O dicionário divide os sentidos, lembrando que a divisão é um processo ideológico, porquanto, político. Oliveira (2006) assume que o dicionário divide o real da língua para compor sua unidade, considerada, no caso, a língua portuguesa, língua de Estado. Logo, buscar as distinções ou aproximações entre *divulgação* ou *vulgarização* não é uma questão meramente linguística, mas política.

Cabe aqui outra observação sobre o que compreendemos por “definir”. Para tal, tomamos emprestada a consideração de Nunes (2006):

Definir uma palavra é atribuir uma unidade imaginária a uma porção do real, unidade que falha, desvanecendo-se logo e criando o desejo de complementação, de reformulação, de reedição, numa repetição que se desdobra na medida em que a história lhe dá lugar. Além disso, definir as “palavras” e suas significações é esquecer que se está definindo (NUNES, 2006, p. 22).

A definição do dicionário fornece a ilusão de estabilidade, uma vez que as palavras aparecem como se tivessem sentido em si mesmas, produzindo a ilusão de literalidade. No entanto, como vimos na primeira seção, os sentidos são sempre filiados a domínios de saber, ou seja, a formações discursivas.

Além das considerações já expostas, ainda cabe lembrar que muito embora termos possam circular em discursividades contemporâneas aos dicionários, esses não estão necessariamente presentes nos dicionários. Vergara (2008a) destacar a primeira aparição do termo ‘vulgarização científica’ em dicionário francês. Tudo parece indicar que o termo ‘vulgarização’ surge nos dicionários brasileiros como uma forma de transferência dos dicionários franceses.

Segundo Bruno Béguet, o termo “vulgarização” seria raro antes do século XIX, e foi apresentado como um neologismo no Dictionnaire de la langue française de Littré, em 1881. Esse dicionário, que era bastante usado por nossos intelectuais do fim do século XIX, atribui sua origem a Mme de Staël, que, no início do século, utilizara a palavra *vulgarité* como algo que perde sua distinção e amplia seu uso e domínio. Já Bensaude-Vincent e Rasmussen assinalam que a “maioria dos dicionários data a aparição do verbo *vulgariser* de 1826 e o substantivo *vulgarisation* nos anos 1850-1870 – a expressão *vulgarisation scientifique* foi utilizada por Zola em 1867”. (VERGARA, 2008a, p. 140)



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

Embora o termo dicionarizado só seja identificado a partir da década de 1880, a historiadora assume que, mesmo antes de sua entrada nos dicionários, a expressão ‘vulgarização científica’ já circulava intensamente tanto em âmbito internacional quanto nacional, em consequência da “proliferação de veículos e ações a ela destinadas, tais como revistas, jornais, palestras públicas e exposições” (VERGARA, 2008a, p.140). Nunes (2010), contudo, enfatiza que:

As lacunas, do ponto de vista discursivo, não são erros ou defeitos do dicionário, mas fazem parte mesmo de sua constituição. Todo discurso silencia necessariamente outros discursos [...]. Lidar com a falta de palavras no dicionário ou mesmo na fala cotidiana, é lidar com a incompletude da linguagem, que afeta qualquer discurso (NUNES, 2010, p. 13).

Iniciamos a construção de um arquivo com verbetes encontrados no século XIX, período em que apareceram os primeiros dicionários de língua portuguesa (cf. NUNES, 2006). Os primeiros verbetes a compor o *corpus* foram retirados do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Morais Silva (1813), por ser considerado o primeiro dicionário monolíngue da Língua Portuguesa e por representar a consolidação da língua nacional em Portugal (cf. Nunes, 2006). Além desse, recortamos verbetes de mais três dicionários, quais sejam: *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Caldas Aulete (1948); *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Ferreira (1986); *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antonio Houaiss (2001). A tabela a seguir traz os verbetes (entendidos como resultantes de práticas sócio-históricas) dos substantivos ‘vulgarizar’ e ‘divulgar’ presentes nos quatro dicionários elencados anteriormente.

Tabela 1 – A designação dos substantivos

<i>Dicionário da Língua Portuguesa, de António de Morais Silva (1813) – 2ª edição</i>	<i>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de FJC Aulete (1948)</i>	<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio B. de H. Ferreira (1986)</i>	<i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, de Antonio Houaiss (2001)</i>
---	--	--	---



VULGARIZAÇÃO	<i>Vulgarização, s.f. O acto de vulgarizar.</i>	<i>Vulgarização (vul-gha-ri-za-ssão), s.f. acção ou efeito de vulgarizar.    F. Vulgarizar+ão.</i>	<i>vulgarização s.f. Ato ou efeito de vulgarizar(-se).</i>	<i>vulgarização s. f. (1789 cf.MS) 1 ato ou efeito de vulgarizar(-se) (a v. da arte) (a v. do sexo) 2 LEX. fenômeno neológico que se constitui na passagem de um termo científico para o vocabulário da língua corrente. ETIM vulgarizar+ção; ver vulg(i/o); f. hist. 1789 vulgarização. SIN/VAR ver sinonímia de divulgação</i>
DIVULGAÇÃO	<i>Divulgação, s.f. O acto de divulgar; o estado da coisa divulgada.</i>	<i>Divulgação (di-vul-gha-ssão), s.f. acção de divulgar; vulgarização, propagação, difusão: Sempre tinham procurado conciliar o zelo de divulgação das verdades religiosas com os interesses mundanos e commerciaes. (R. da Silva)    F. lat. Divulgatio.</i>	<i>divulgação [Do lat. divulgatione]. S. f. Ação de divulgar(-se); vulgarização, propagação difusão.</i>	<i>divulgação s. f. (1614 SGonç) ato, processo ou efeito de tornar pública alguma coisa; difusão, propagação, vulgarização. ETIM lat. divulgatio, ōnis 'ação de espalhar, publicar, divulgar; ver vulg(i/o); f. Hist. 1614 divulgaçon. SIN/VAR difusão, disseminação, generalização, preonício, propagação, propaganda, propalação, publicação, publicidade, reclamo, vulgarização.</i>

A construção contígua dos quatro verbetes auxilia-nos a explicitar a paráfrase de um dicionário a outro. Os verbetes dos substantivos *vulgarização* e *divulgação* remetem para o ‘ato’ ou ‘ação de’. É interessante abrirmos espaço para uma consideração dessa recorrência. De acordo com Nunes (2006), a emergência da definição ‘ato de’, a partir do dicionário de Moraes, coloca a ação do sujeito como origem do sentido, o que corresponde à passagem do sujeito religioso (de virtudes) ao sujeito jurídico (responsável pelos seus atos). Temos, então, nos dicionários analisados a marca, na materialidade linguística, dessa passagem. Por exemplo, no dicionário de Caldas Aulete (1948), a “ação de divulgar” é exemplificada o seguinte trecho: “*Sempre tinham procurado conciliar o zelo de divulgação das verdades religiosas com os interesses mundanos e commerciaes*”.

Com exceção do dicionário de Antonio de Moraes, nos demais é possível observar o estabelecimento de uma relação de sinonímia mostrada que é sugerida, internamente, no/próprio dicionário: nos verbetes de ‘vulgarização’ faz-se menção ao termo *divulgação*; à designação do último o leitor chegaria por via própria caso consultasse cada verbete específico. Já no dicionário Houaiss (2001), a relação de sinonímia é referida de forma mostrada e marcada, visto que a indicação “*ver sinonímia de divulgação*” produz um efeito de indicação direta de consulta ao outro verbete, como se o próprio dicionário apontasse para um fora-dentro (fora do verbete, mas dentro do dicionário), produzindo um efeito de



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

complementaridade. Em ambos os casos, apaga-se a constituição da historicidade e produz-se um efeito de sustentação entre os próprios verbetes.

Em relação à ciência, somente no dicionário Houaiss (2001) que se apresenta a *vulgarização* como um neologismo atrelado a *passagem de um termo científico para o vocabulário da língua corrente*. Tal *passagem* pode ser entendida como um ato de traduzir um termo especializado para o seu correspondente em língua cotidiana. Já ‘divulgação’, embora tomada como sinônimo seria o “efeito de tornar pública alguma coisa”. O pronome *alguma* designaria conjuntos lexicalmente não nomeados, ou melhor, não especificados linguisticamente, instaurando ambiguidade pela ausência de textualização do referente. De tal modo, poder-se-ia divulgar ciência, religião, artes, literatura.

A partir da análise dos verbetes dos substantivos, procedemos a outro gesto de análise, concentramo-nos nos verbos, ou melhor, no “ato ou ação de”. Reproduzimos, na tabela abaixo, os verbetes retirados dos quatro dicionários.

Tabela 2 – A designação dos verbos

<i>Dicionário da Língua Portuguesa, de António de Moraes Silva (1813) – 2ª edição</i>	<i>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de FJC Aulete (1948)</i>	<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio B. de H. Ferreira (1986)</i>	<i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, de Antonio Houaiss (2001)</i>
---	--	--	---



VULGARIZAR	<p><i>Vulgarisár</i>, v.at. Reduzir ao estado de plebeu, e homem vulgar. § Fazer <i>commum</i>, com abalimento da nobreza, graduação; v.g. vulgarizar as honras, magistrados, insignias, e graduação de nobreza; os foros de fidalgo, os habitos de Ordens. § Vulgarizar o corpo, devassalo, prostituilo “mulher que se vulgarizava ao que primeiro chegasse”. § fig. Vulgarizar a fama, dando-a a coisas vulgares. § Traduzir em vulgar. § Publicar a todos.</p>	<p><i>Vulgarizar</i> (vul-gha-ri-zar), v.tr. tornar notório ou mui conhecido; propagar, vulgar, divulgar; pôr ao alcance, ao conhecimento muitos ou de todos; popularizar: <i>Vulgarizar</i> a sciencia.    Abandalhar.    Traduzir em vulgar.    -, v. pr. Tornar-se vulgar, tornar-semui conhecido; popularizar-se: Esta xacara é das que menos se <i>vulgarizaram</i>. (Garret.)    Abandalhar-se: ... Não se deixando <i>vulgarizar</i> e ter em pouco. (Fil. Elys.).    F. Vulgar+izar.</p>	<p><i>Vulgarizar</i> [De vulgar +izar] V.t.d. 1 Tornar vulgar ou notório; propagar, divulgar, difundir, vulgar: vulgarizar uma doutrina; “O gaiato ... é no mundo musical um meio que a providência destinou a vulgarizar os cantos que devem tornar-se populares”. (Latino Coelho, Tipos nacionais, p.29). 2 Fazer comum. Acanalhar, abandalhar. P. 4 Tornar-se muito conhecido, popularizar-se: “Só depois dos românticos ... veio a vulgarizar-se o verso dodecassílabo sem qualquer pausa ou acento na Sexta sílaba, como o queria Hugo [Vitor Hugo]”. (Melo Nóbrega, O Soneto de Arvers, p.88). 5 Abandalhar-se, acanalhar-se.</p>	<p><i>Vulgarizar</i> v. (1702 cf. VPM) 1 t. d. e pron. difundir(-se) de um grupo restrito para círculos mais amplos; tornar(-se) comum; popularizar(-se) (v. o estilo clássico) (vários termos científicos vulgarizaram-se em vários níveis da língua) 2 t. d. e pron. tornar(-se) muito conhecido, divulgar(-se), propagar(-se), popularizar(-se) (uma propaganda bem planejada vulgarizou a imagem do artista por todo o país) (no Brasil, a ópera não se vulgarizou). 3 t. d. e pron. tornar(-se) muito comum; banalizar(-se) (v. uma moda) (este estilo vulgarizou-se) 4 Uso: pejorativo. Fazer perder ou perder a dignidade, a respeitabilidade; tornar(-se) reles (v. os costumes) (v.-se a moral). ETIM <i>vulgar</i>+izar; ver <i>vulg(i/o)</i>; f. hist. 1702 <i>vulgarizar</i>; 1789 <i>vulgarização</i>. SIN/VAR ver sinóníma de <i>divulgar</i>.</p>
DIVULGAR	<p><i>Divulgar</i>, v.at. Publicar, espalhar alguma notícia, nova, vulgarizá-la: divulgá-la a Fe no Oriente: divulgar feitos em Historia. Goes.</p>	<p><i>Divulgar</i> (di-vul-ghár), v. tr. tornar público, fazer conhecido de todos ou do maior numero; apregoar, propagar, difundir. A grandeza e a variedade de sucessos de seu tempo em paz e guerra estão merecendo serem <i>divulgadas</i> por muitas línguas e celebradas por muitas pennas. (FR. L. De Sousa)    -, v. pr. tornar-se público ou conhecido; propagar-se: <i>Divulgou-se</i> o sucesso na cidade (Camilo)    F. lat. <i>Divulgare</i></p>	<p><i>Divulgar</i> [Do lat. divulgare] V.t.d. 1 Tornar público ou notório; publicar; propagar, difundir, vulgarizar: Os jornais divulgaram o plano governamental; “Em O Constitucional de 1883, Alberto Torres divulga diversos poemas”. (Barbosa Lima Sobrinho, Presença de Alberto Torres, p.37). P. 2 Tornar-se público ou conhecido; propagar-se, difundir-se   Conj.: v. lavar  </p>	<p><i>Divulgar</i> v.(sXV cf.VPM) 1 t. d. tornar pública (alguma coisa desconhecida por outrem); propagar, publicar (d. o teor do documento). 2 pron. promover-se, fazendo-se conhecer. (diante dos fotógrafos, aproveitou a oportunidade para d.-se). GRAM. a respeito da conj. Deste verbo, ver <i>-algar</i>. ETIM lat. <i>divulgo,as,ēvi,ātum,are</i> ‘tornar público, publicar, divulgar’; var. <i>devulgar</i>, com alt. equivocada de grafia; ver <i>vulg(i/o)</i>; SIN/VAR alastrar, apregoar, despargir, desparzir, difundir, dispersar, asseminar, distribuir, espalhar, espargir, esparzir, expandir, irradiar, pregar, propagandear, propalar, publicar, publicitar, semear, transmitir, vulgarizar; ver tb. sinóníma de <i>manifestar</i>.</p>





Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

No primeiro dicionário<sup>5</sup>, o verbete *vulgarizar* aponta para uma trajetória de ações: “uma ideia de perda da ‘aura’ e deslocamento de valores, do que era antes nobre ser agora plebeu, culminando com a corrupção máxima que seria a prostituição” (VERGARA, 2008b, p.325-326). Alguns dos sentidos atribuídos a *vulgarizar* não estão expostos no verbete de ‘divulgar’. Vulgarizar é reduzir a plebeu, condição de classes inferiores. A plebe (o vulgo) é posta em contraste com a nobreza – *fazer commum com o abalimento da nobreza*<sup>6</sup>. Um sentido também atribuído é o aspecto da prostituição do corpo. Reconhecemos que, no século XIX, já circulavam sentidos outros em relação ao *ato de vulgarizar*. Em última instância, o que estaria em jogo não é a atividade de vulgarização, mas o sujeito que realiza a ação. Esse sim é considerado inferior a outro sujeito. Em *divulgar*, por seu turno, cria-se um deslizamento: *publicar, espalhar alguma notícia, nova, vulgarizá-la: dilvulgarão a Fe no Oriente*.

Outro aspecto a ser assinalado é a questão da tradução em linguagem acessível/língua vernácula (*em vulgar*) que proporcionaria a publicação a todos (nobreza e plebe?). Escrever em vernáculo, e não em latim, fez com que as palavras tivessem determinados sentidos e não outros. Podemos conjecturar que o vernáculo foi um “lugar politicamente significado da articulação da ciência com a religião e o poder” (ORLANDI, 2002, p. 76). A inscrição da ciência em vernáculo, em língua vulgar, apresenta outro sentido além daquele encontrado nos dicionários: o vulgar indica o lugar do fugidio. A tradução é trazida como um dos sentidos possíveis – atividade de reformulação de um texto original em outro código – no caso, a língua utilizada pela plebe, o vulgar – menor/inferior – a língua vernácula. Tornamos, em seguida, as palavras de Vergara (2008a):

Para melhor entender essa questão, é importante ver o que significa “tradução”, cujo sentido atual vem da Renascença quando o verbo *traducere* foi introduzido pelos humanistas italianos, para designar a “reprodução” do “original” em outro código. (VERGARA, 2008a, p. 138).

O efeito de sentido de vulgarização como tradução remete à questão da mediação: há um primeiro momento de trabalho intelectual – de produção de conhecimento pelo cientista –

<sup>5</sup> Nas edições seguintes do *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva (1813), é possível encontrar alguns acréscimos ao verbete. Na edição de 1891, tem-se “tornar alguma coisa geralmente conhecida, sabida, tornar-se geral, vulgar, espalhar-se muito; divulgar-se”. De acordo com Vergara (2008b), somente na décima edição (1945), nota-se outro uso para o termo, constando “ato ou efeito de divulgar. Vulgarização de conhecimentos científicos especializados, pondo-se assim ao alcance do maior número possível de indivíduos, isto é, do vulgo; por definição” (VERGARA, 2008b, p. 327).

<sup>6</sup> Devemos recordar em quais condições de produção esse dicionário foi produzido. Em 1786 (ou na segunda edição em 1813), Portugal e Brasil viviam sob a égide de uma monarquia, logo a distinção entre nobreza e plebe era posta.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

e um segundo, no qual o conhecimento será “transmitido em outro código” para o público (o povo) que, por não ser conhecedor ou ter adquirido o ‘código da ciência’ (ter sido iniciado), não consegue compreender os conhecimentos geridos.

O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de F. J. C. Aulete, editado pela primeira vez em 1881, encontramos os mesmos verbetes. Contudo, na edição de 1948, já é possível encontrar a expressão *Vulgarizar a sciencia*. Torna-se possível verificar que o termo *vulgarização científica*<sup>7</sup> aparece dicionarizado a partir da década de 40 do século XX. Outros sentidos são atribuídos aos verbos em questão, como, por exemplo: *pôr ao alcance, ao conhecimento de muitos ou de todos*. Embora os dois verbos sejam indicados com uma suposta relação de sinonímia, outros sentidos são estabelecidos para cada um. Ressaltamos que entre a paráfrase de um verbo e a de outro dicionário há modos de dividir os sentidos.

No verbete *vulgarizar*, o lugar do *plebeu* cede lugar à palavra *todos*. Vulgarizar as honras torna-se popularizar. Não há mais a distinção entre nobreza e plebe. Há uma distância entre *plebeu* e *todos*, já que *plebeu* é constituído na relação com o monarca, e *todos* – *ao alcance, ao conhecimento muitos ou de todos* – estaria marcada a posição de cidadãos da República (“Todos iguais perante a lei”). Há uma indeterminação que constitui a relação do sujeito com o jurídico. Nas diferenças lexicais de cada verbete, é possível identificar as marcas de passagem da ordem religiosa à jurídica, uma vez que o léxico da ordem jurídica é introduzido deslocando o léxico da ordem anterior. Ainda podemos sublinhar a relação que se estabelece entre o vulgar e o popular (do povo<sup>8</sup>, do povo brasileiro?) e o silenciamento em relação à questão de vulgarizar o corpo (da mulher). Vejamos que mesmo apagando essa referência, ao relacionar parafrasticamente com *abandalhar-se*, algo continua ressoar: perder a dignidade, a seriedade, a respeitabilidade.

No segundo verbete recortado, *divulgar* é definido como *tornar público, fazer conhecido de todos ou do maior numero; apregoar, propagar, diffundir*. No verbete, não está presente o sentido de tradução, tampouco o termo ‘divulgação científica’ é dicionarizado. No entanto, permanece a indicação mostrada de sinonímia entre *divulgação* e *vulgarização*. Vale

<sup>7</sup> Vergara (2008b) defende que, provavelmente, a expressão teria passado para o vocabulário da língua portuguesa a partir de livros franceses. Para a autora, nos anos 70 do século XIX (com o surgimento de publicação especializada), a expressão “vulgarização científica” começa a suplantando a expressão mais antiga de “ciência popular”. A autora aponta que “na França, até hoje a expressão *vulgarisation scientifique* é um consenso entre os especialistas da área” (VERGARA, 2008a, p.138). E por que essa designação se mantém na língua francesa? Há outra historicidade que constitui essa língua; outras relações de tensão, de divisão política de sentidos.

<sup>8</sup>Orlandi (2006) faz uma leitura sintomática da palavra ‘povo’. Para a autora, ‘povo’ (sujeito público) é o lugar do ‘irrealizado’, é o “lugar de uma declinação significativa da história” (ORLANDI, 2006, p.10) e não uma categoria de conteúdo. Ele, o povo, é condição do movimento na história.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

mencionar que, nos verbetes dos dois termos recortados do dicionário Aulete, há a presença de exemplos e de suas fontes, em geral de literatos. Ponderamos que “a seleção da forma do exemplo é decisiva para a concepção do dicionário” (NUNES, 2010, p. 15). Além disso,

Os exemplos também podem ser objeto de uma leitura atenta dos discursos em circulação. Quando não trazem exemplos, a imagem que se tem é de que as palavras e as definições existem independentemente de quem as pronuncia. Já quando há exemplos, eles se apresentam em vários tipos: linguísticos, literários, de falas cotidianas, exemplos elaborados pelo lexicógrafo, dentre outros. (NUNES, 2010, p.14-15).

No primeiro verbete recortado do *Dicionário Aurélio* (1986), há uma série de relações de sinonímia para designar *vulgarizar*, em que os termos, tomados um pelo outro, criam efeitos metafóricos<sup>9</sup>. Essa série pode ser lida como *toma vulgar ou notório, propagar, difundir, divulgar; vulgar: vulgarizar uma doutrina*. O complemento do verbo transitivo direto, quando preenchido, é feito de forma indeterminada e/ou indefinida como em *vulgarizar uma doutrina*. Os exemplos que seguem cada série parafrástica acabam preenchendo a lacuna promovida pela indeterminação<sup>10</sup>: *cantos, verso dodecassílabo*. Interessante notar que os exemplos são retirados de outras textualidades e acompanhados da indicação de sua fonte. Ao final do verbete, outro sentido apresentado é *abandalhar-se, acanalar-se*; todavia, sem exemplos. Para esse sentido não haveria necessidade de exemplo? Assume-se que “todos sabem o que é X”?

No verbete *divulgar*, do mesmo dicionário, também há apresentação de uma série de relações de sinonímia, sendo que desta vez os sentidos atrelados à difusão de informação ganham destaque. Embora seja possível observar a inserção de exemplos, verificamos que não ocorre a atribuição de autoria a todos eles. Em *Os jornais divulgaram o plano governamental* – um exemplo que acena para a questão da divulgação como uma forma de comunicar, de levar informação – não há qualquer registro de sua fonte. Talvez tenha sido elaborado pelo sujeito lexicólogo como uma forma de inserir sentidos que circulavam em determinadas discursividades mais contemporâneas.

No *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (2001), observamos os mesmos processos de designação presentes nos dicionários analisados. Em *vulgarizar* alguns sentidos

<sup>9</sup> Entende-se por efeito metafórico o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*” (PÊCHEUX, 1997, p. 96).

<sup>10</sup> O funcionamento de inserção do exemplo como uma forma de preencher a indeterminação discursiva é identificado nos quatro dicionários analisados.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

são retomados (difundir, popularizar, etc.) e, em especial, ao que pode ser relacionado ao campo da ciência: *vários termos científicos vulgarizaram-se em vários níveis da língua*. Nesse trecho, a questão da vulgarização científica atrelada à tradução parece ressoar (e com ela a questão de que existem níveis de língua que podem ser usados para vulgarizar a ciência). Todavia, destacamos o que aparecer como uma excrescência: *4 Uso: pejorativo. Fazer perder ou perder a dignidade, a respeitabilidade; tornar(-se) reles (v. os costumes) (v.-se a moral)*. A partir de sua indicação etimológica, buscamos em outros verbetes do dicionário acepções para o vocábulo *vulgar*, das quais destacamos: *relativo ou pertencente à plebe, ao vulgo; popular; que não foge à ordem normal, não se destaca; banal, comum, corriqueiro, ordinário, usual; de qualidade inferior; baixo, chulo, grosseiro, reles; que se sabe; notório, sabido; a língua vernácula*. E continua mais adiante *pôr em vulgar: 1 traduzir algo de outra língua para a língua materna de alguém: traduzir em vulgar. 2 dizer ou traduzir (algo feito ou dito antes) em outras palavras mais simples; traduzir em vulgar*. Embora nos verbetes *vulgarizar* e *divulgar* haja uma indicação de sinonímia, algo desloca, fala de outro lugar, uma vez que o sentido apontado como pejorativo não consta na designação de ‘divulgar’. Para esse, abre-se uma nova possibilidade de sentidos com a indicação de *ver tb. sinonímia de manifestar*.

Nos verbetes recortados, as definições são efetuadas do ponto de vista de quem se identifica com o centro urbano. No entanto, não pudemos verificar nos dois dicionários publicados após a década de 1950 a inclusão da expressão *divulgação científica*. Devemos registrar que, nos dicionários, as designações podem se tornar desatualizadas ou atualizadas em relação aos discursos em circulação. Isso implica dizer que “o dicionário, desse modo, é um observatório dos discursos em circulação, trata-se de notar quais ele coloca em circulação e quais ele silencia” (NUNES, 2010, p.15). O silenciamento dessa expressão pode estar relacionado a uma determinada concepção de dicionário e de prática lexicográfica mais voltada para aspectos históricos e etimológicos.

#### 4 Algumas considerações

Como os processos históricos de significação estão sempre em movimento, os sentidos podem ser ressignificados ou de-significados – “significando pela censura e pela interdição” (ORLANDI, 2002, p. 47). Ao contrapor as várias textualidades analisadas, observamos alguns deslizamentos de sentido. A expressão ‘vulgarização científica’ está inserida em uma rede de



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

sentidos na qual a tradução e a informação tornam-se o centro – embora outros sentidos também circulem. Os termos científicos seriam traduzidos em linguagem comum, ou seja, em uma linguagem vulgar e, desta forma, as informações científicas seriam acessíveis a “*todos*”.

Observamos nas sequências recortadas e nos verbetes de dicionário, uma aproximação e um distanciamento das duas definições. E nos interrogamos: por que um sentido pejorativo teria sido atrelado ao termo *vulgarização científica*? Historiadores tendem a explicar o sentido depreciativo de *vulgarização* remetendo-o a um fato histórico: a forte influência da cultura francesa até o início do século XX cedeu lugar, no pós-guerra, a influência estadunidense (VERGARA, 2008a). Não deixamos de considerar essa influência, no entanto, interrogamos sobre os gestos de distinção entre vulgarização e divulgação no contexto brasileiro. Vergara (2008a), por seu turno, assinala que o desconforto com o termo poderia ser advindo do seu étimo latino:

Se em um determinado momento utilizar o termo “vulgarização” não trazia nenhum desconforto, a ampliação do conceito de cidadania pode ter acessado a lembrança de que o *vulgus* na Roma clássica era uma categoria inferior que não votava, diferente de *populus*, os cidadãos. Essa explicação pode nos dar algumas pistas sobre a atual utilização de *divulgação* ou *popularização* da ciência, no Brasil, e *divulgación*, em outros países da América Latina. (VERGARA, 2008a, p. 137)

Não nos parece que a utilização do termo causasse desconforto. Como pudemos depreender com a leitura dos dicionários, outros efeitos de sentido já eram produzidos. Do ponto de vista discursivo, falamos de sentidos que se confrontam nas relações contraditórias da história. Como as palavras não carregam sentidos, a ambiguidade e a contradição identificadas nas designações estão ancoradas nas diferentes e heterogêneas matrizes de sentido. Outra forma de designar a “comunicação da ciência a um público leigo” foi produzida historicamente. Em um mundo “objetivado” pela ciência, considerada o único conhecimento “verdadeiro”, foi necessário realizar a “comunicação da ciência a um público” de forma prestigiada/moralizada.

No Brasil, no final do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, acompanhou-se o estabelecimento de uma política médico-jurídica que difundia regras ligadas à higiene social e a costumes ordeiros. Segundo Abreu (2004),

para muitos juristas, médicos e políticos preocupados com a reforma e *moralização dos costumes populares*, realizar esta tarefa era um enorme desafio, posto que consideravam os *populares em geral*, e os negros em particular, como portadores dos *supostos vícios da pobreza* e da escravidão, tais como, a propensão à doença, a falta de hábitos, a tendência a ociosidade, a não preocupação com a educação dos



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

filhos e, por extensão, a não valorização dos laços de família, do casamento e da honra feminina (ABREU, 2004, p.291 – nossos grifos).

Em uma nova organização social e urbana, os *populares* (miscigenados, negros, pobres) considerados inferiores (assim como os plebeus) foram lançados para as regiões periféricas das cidades. E assim também seus *supostos vícios da pobreza* – inclusive o da prostituição! No trecho citado, há um discurso civilizatório da instrução e nele perpassa a noção de urbanidade.

O sentido de “vulgarização” entendido como “referente ao povo”, especificamente, ao povo brasileiro, fez-se significar neste gesto de distinção entre ‘vulgarização’ e ‘divulgação’ científica. Mas o sentido de inferioridade ainda ressoa na definição de ‘divulgação’, visto ser essa tomada, em muitos estudos, como um texto-segundo.

As análises dos verbetes de dicionários nos permitiram compreender que as duas palavras passaram por um processo de ressignificação. Ou melhor, foram processos de redivisões de sentidos atrelados a uma reforma moralizante da sociedade. Se somarmos a isso as análises das sequências anteriores, podemos dizer que a reforma foi em prol de um progresso industrial, tecnológico e urbano a serviço da administração social dos sujeitos.

## Referências

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 289-316.

ALMEIDA, Miguel. O. *A vulgarização do saber*. Rio de Janeiro: Ariel, 1931.

AULETE, Francisco Julio Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria do Editor Antonio Maria Pereira, 1948, 2vol.

AUROUX, Silvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

ESTEVES, Bernardo. *Domingo é dia de ciência: história de um suplemento dos anos pós-guerra*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

FERREIRA, Aurélio. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GUIMARÃES, Eduardo. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In:\_\_\_ (org.) *Produção e Circulação do Conhecimento*. v. 1. Campinas: Pontes, 2001, p.73-79.

\_\_\_\_\_. Civilização na linguística brasileira no século XX. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 16, p. 125-145, jul/dez. 2004.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Renavan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*. v. 12, n 1, p.21-45, 2006.

MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 47-59.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Org.). *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p.43-64.

MOTA, Ronaldo. Acerca do método e do conhecimento científico. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n.23, p.15-20, jul./dez. 2001.

NUNES, José Horta. Formação do Léxico e Saber Linguístico. *Relatos*, Campinas, v. 5, p. 14-22, 1997.

\_\_\_\_\_. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes – São Paulo: Fapesp – São José do Rio Preto, 2006.

\_\_\_\_\_. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*. v. 3, n.1/2, p. 6-21, dez/2010.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Cidadania: uma história da palavra. *Matraga*, Rio de Janeiro, ano 13, nº19, p. 107-124, jul/dez. 2006.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, S. M. S.(org.). *Os sentidos do povo*. São Carlos: Claraluz, 2006.p. 7-30.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas. Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p 61- 162.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ed. Campinas, SP: pontes, 2002.



Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n. 37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*: recopilado. 2ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813, 2vol.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.137-145, jul./dez. 2008a.

\_\_\_\_\_. Contexto e conceitos: história da ciência e “vulgarização científica” no Brasil do século XX. *Interciência*, v. 33, nº 5, p. 324-330, 2008b.